



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

HERMENÊUTICA NA EDUCAÇÃO: Identidade de gênero e diversidade sexual

Cinthia Marques Pereira¹

Andrea Marques Vanderlei Fregadoli²

Carla Waleska Gomes de Araújo³

Idabel Nascimento da Silva⁴

Severino Soares do Nascimento⁵

RESUMO

As unidades escolares vêm sendo confrontadas, do ponto de vista educativo constantemente. Os desafios proposto a ela (escola), se caracterizam pela quantidade e pela diversidade, de situações problemas vivenciadas nas comunidades ou na sociedade de modo geral em especial ao tocante a identidade de gênero e a diversidade sexual. Observa-se com isso que o trabalhar com essa temática não é meramente responsabilidade da saúde pública, mais também, de um sistema educacional e da família. Voltando sempre o olhar para o respeito, a integridade e dignidade do ser humano.

Palavras – Chave: Hermenêutica na Educação; Conceito de Identidade; Conceito de Gênero.

¹ E-mail: cinthiaMP-@hotmail.com

² E-mail: deadoutorado@hotmail.com

³ E-mail: carlawaleska@hotmail.com

⁴ E-mail: Idabelandia2016@gmail.com

⁵ E-mail: soareseducador@gmail.com

INTRODUÇÃO

O processo educacional como qualquer outro meio de divulgação da informação ou de conhecimento social, permeia uma contextualização histórica e social. E por vários momentos reproduzimos as estruturas de poder, do benefício de um gênero sobre outros, da heterossexualidade em relação às identidades sexuais.

Observa-se que nesse ambiente alguns professores ainda criam e estimulam tipos de comportamentos das diferenças, conforme foram criados meninas e meninos. Demonstrados em seu trabalho pedagógico caracterizado pela necessidade de delimitação quanto ao gênero, visíveis nas filas, nas brincadeiras, nas danças entre outros.

a escola produz e reproduz conteúdos e identidades culturais. Reproduz porque, como faz parte da sociedade, participa das representações que, nessa, circulam. A escola também é reprodutora de cultura, por ser um microcosmo com capacidade de elaboração de práticas particulares, conforme as circunstâncias e os indivíduos que nela convivem. Em termos de reprodução de diferenças de gênero, devemos reconhecer que a própria organização do trabalho pedagógico em sala de aula, já vem muitas vezes marcada pela necessidade de estabelecer relações (FERREIRA, 2006, p. 72).

Atualmente, ocorrem muitos levantamentos acerca da identidade de gênero e diversidade sexual. E a escola como espaço de produção de saberes, construção científica, transformação social, de respeito à diversidade e aos direitos humanos, precisa estar aberta para trabalhar com essa temática, pois a cada dia esse assunto é exposto na mídia, nas novelas, no cinema, nas propagandas publicitárias, revistas, jornais.

Por se tratar de um tema polêmico, no qual a escola desempenha um papel primordial, de respeito, liberdade de expressão. Necessitando por sua vez como qualquer outra instituição de meios legais para embasar seu trabalho. De acordo com Pacto de San José da Costa Rica, em seu art. 13º trata da “liberdade de pensamento e de expressão”, estabelecendo: “Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento e de expressão”.

Conforme a Constituição de 1988, por sua vez, dispõe em seu art. 5º: IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato; V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem.

Discussões sobre a diversidade sexual e de gênero, no meio acadêmico vem ocorrendo desde 1970, data historicamente devido aos esforços dos movimentos feministas e comunidades de gays e

lésbicos, que se sentiram excluídos de suas representações em sociedade.

E notável que o Brasil apresenta aspectos voltados ao preconceito, discriminação, a homofobia, historicamente alicerçados ao processo de colonização que o país sofreu.

A elaboração desde artigo possibilitou uma compreensão maior sobre as questões éticas, filosóficas, sociológica, religiosas, educacional do tema exposto no universo extraescolar para o escolar. Buscando assumir uma postura enquanto instituição e pedagoga, uma reflexiva respeitosa, aberta ao dialogo e transformação de pensamento em sociedade partindo do pressuposto de que cada elemento envolvido nesse processo tem um conceito no qual precisamos compreender para conseqüentemente trabalhar.

No Brasil, as discussões eram restritas apenas as áreas da Sociologia e da Psicologia. A partir de 1990 esse estudo passou por modificações, sendo discutidas e vivenciadas nas outras áreas do conhecimento.

Aborda questões polêmicas nas escolas requer dos seus profissionais uma postura diferenciada. Muitas vezes nos sentimos ignorados ou discriminados pela nossa forma de pensar.

Algum desses preconceitos partiu dos próprios indivíduos por não se aceitar, da escola, logo em seguida dos pais por

terem pouco esclarecimento, ou por não aceitarem o novo, e por últimos da própria sociedade que se diz inclusivos, porém, muita de suas ações volta-se para a exclusão.

Expor um trabalho como esse exige voltar no tempo e reviver as inúmeras relações e significados na trajetória pessoal e profissional que proporcionaram o encontro com a temática da sexualidade, enfatizado atualmente nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), em seus temas transversais.

Com isso a identidade de gênero e a diversidade sexual não é meramente um trabalho educacional, mais sim de saúde e políticas públicas. Sem o apoio desses setores, a escola permanece isolada, lutando sozinha para transformar a realidade.

Registra-se anualmente nos órgãos competentes como a Organização Mundial de Saúde (OMS), um aumento circunstancial para as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's) em relações heterossexuais.

Contudo esse número crescendo, nas relações homossexuais e entre as outras representações, estando relacionada a ela, a própria violência física ou de qualquer outra forma sofrida entre esse grupo e contra a este grupo.

Optar por um caminho como esse de desafio e busca de conhecimento, é romper com padrões antigos para compreensão das

transformações atuais. A igualdade de gênero aponta para um universo da diferenciação excludente para uma liberdade de expressão (BANDEIRA, 2005).

A hermenêutica em suas variadas formas de atuação ou compreensão da existência humana vem como um leque que oportuniza a um debate significativo sobre as questões da sexualidade e os tabus que a envolve.

De acordo com a visão religiosa em seus versículos de Romanos 1: 21-31, Gênesis 19:5-7, Levíticos 20:13, 1 Coríntios 6:9-10, é pecado mortal os indivíduos que estiverem em um relacionamento desse modo. E dentro da perspectiva hermenêutica religiosa em seus estudos históricos, diverge da diversidade sexual, produzindo um discurso na aspiração e práticas sexuais entre indivíduos do mesmo sexo como o “pecado do homossexualismo”.

Enquanto profissionais da educação temos a função de orientar, debater, esclarecer as dúvidas, questionar e propor as sugestões que modifiquem a sociedade ou a comunidade escolar, independente da opção que possuímos. Respeitando os direitos das minorias sexuais presentes nesse espaço, que atualmente vem crescendo no mundo.

[...] se deve compreender o poder, primeiro, como multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutiva de sua organização; o jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes se transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou contrário às defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2005a, p. 88-89).

1. CONCEITOS DE IDENTIDADE E DE GÊNERO

Diante do que foi abordado até o momento, é importante trazer à baila as questões inerentes aos conceitos que dizem respeito à identidade de gênero e sua especificidade, e como as pessoas que passam por esse tipo de transtorno se sentem em relação a sua sexualidade determinada anatomicamente.

Em nossa sociedade as identidades de gênero que não atendem os aspectos biológicos de macho e fêmea, do desejo heterossexual são tidas como aberrações, algo obscuro, daí a importância de uma discussão mais acalorada sobre esse tipo de temática segregacionista no âmbito psicossocial e conseqüentemente quais as

visões e “preconceito” enfrentados na escola.

Dentre o qual o indivíduo tem que buscar a sua inserção e afirmação como homem ou mulher nesse espaço. Data-se que até 1892 não se falava em homossexualidade abertamente. Essa foi uma categoria analisada por Freud no século XIX, nos ensaios sobre sexualidade e perversões.

Havia relações entre homens e mulheres ou relações com pessoas do mesmo sexo que corriam em sigilo absoluto, pois esse tipo de relacionamento não era aceito e bem visto na sociedade vigente e até os dias atuais.

Pessoas que mantinha um relacionamento desse tipo sofriam com o preconceito, eram discriminados pela sociedade, uma vez que a atividade sexual não é um fator condicionante ou determinante da identidade do ser, com raríssimas exceções a tirar como exemplo a sociedade grega que via esse tipo de conduta como aceitável e necessária para o desenvolvimento do caráter das pessoas.

Essa expressão “sexual” ou qualquer palavra relacionada ao sexo eram usadas anteriormente para delimitar a união matrimonial, incorporados exclusivamente à reprodução, porém em outros contextos sociais essa “relação sexual”, era condenada/censurada.

Em virtude, as modificações no meio social manifestam-se uma nova linguagem medico-científico. As inquietações nesse estudo eram em catalogar as patologias relacionadas à homossexualidade, pois este comportamento era tratado com uma doença, ou vinculados ao desvio comportamental do ser humano que sofria influencias negativas de outras pessoas.

Emergiu então uma nova ciência a “sexologia”. Baseando-se na doença e na aceitação do ser. Com isso buscava-se classificar os tipos e práticas que de certo modo contribuiu para a afirmação e produção da homossexualidade (patologia/doença), em outro ponto de vista, tratava de uma abordagem de estrutura intrínseca e diferente da qual não existia meios para luta (aceitação/respeito).

Diante esses fatos, edifica-se uma espécie, cuja própria existência e corpo, se tornariam objeto de disputas sobre sua representação, seja no âmbito legal, social, político, moral, psicológico.

“Colocou por terra qualquer ordenação preestabelecida da sexualidade, bem como, a opinião corrente de uma suposta relação natural de atração e complementaridade entre os sexos. Nada na sexualidade está garantida, a pulsão sexual pode investir os mais diferentes objetos que lhe causam prazer, ela é assim variável, múltipla, dissociada da

genitalidade” (FREUD, 1999, p.178).

Sendo dada a esse ser humano em especial uma representatividade, tornando um ato de liberdade, de escolha, pois o indivíduo está preso a um corpo no qual a sua mente está condicionado a outro do mesmo sexo, a uma identidade que de certo modo não é sua, não a representa, não a identifica, pois não é a imagem, que esse indivíduo reconhece como sendo sua.

Possuímos diversas identidades, ambas interagem e se integram aos comportamentos biológicos, sociais, psicológicos. Nossa identidade biológica é reconhecida no ato do nascimento por meio da diferença anatômica do sexo: masculino ou feminino, porém são os padrões sociais que definem os comportamentos secundários inerentes ao gênero masculino ou feminino.

A identidade social definiu-se por meio de documentos, no qual somos registrados com um nome que faz referência ao sexo anatômico, ao mesmo tempo em que é atribuído a ele um papel na sociedade como filho ou filha de.

A identidade psicológica é representada pelo psíquico, pela aceitação do que somos e de como iremos conduzir a vida. Ressaltamos que para se exercer essa identidade no desenvolvimento da sexualidade, torna-se primordial que o

corpo comungue dos aspectos genéticos básico com as características primária e secundária que envolve os processos psíquicos do ser humano.

Para alguns estudiosos a criança com dois anos a dois anos e meio, consegue definir sua identidade sexual. Sua percepção de corpo, semelhanças e diferenças físicas entre elas, seus pais, irmãos, colegas, ou simplesmente pelo próprio brinquedo, definindo a sua identidade genital.

Contudo o reconhecimento de sua identidade sexual tem um papel importante dentro desse contexto, mais não basta ser anatomicamente homem ou mulher, tem que se sentir, pensar, ser. A partir do momento que não estabelecemos uma relação entre o ser anatômico e o pensar de acordo com esse sexo, automaticamente nos definimos como uma identidade de gênero.

A noção de gênero pela primeira vez foi colocada no campo conceitual científico, pelo psicólogo e sexólogo John Money no ano de 1950. Correlacionando a ele as diferenças entre o sexo anatômico e o sexo psicológico.

Contudo esse conceito foi mal recebido e interpretado pelos psicanalistas chegando a ficar em desuso no corpo teórico da psicanálise. Registra-se que em 1955 o conceito de gênero foi retratado num texto de Money sobre o hermafrodita.

Pelo termo papel de gênero, nós queremos dizer todas aquelas coisas que uma pessoa diz ou faz para se mostrar como tendo o *status* de menino ou homem, menina ou mulher, respectivamente. Isso inclui, mas não se restringe à sexualidade no sentido de erotismo. Um papel de gênero não é estabelecido no nascimento, mas é construído cumulativamente através de experiências defrontadas e negociadas - através de aprendizagens casuais e não planejadas, através de instruções explícitas e inculcações, e através de, espontaneamente, colocar juntos dois e dois para formar às vezes quatro e às vezes, erroneamente, cinco. Resumindo, um papel de gênero é estabelecido de maneira muito similar a uma língua nativa. (MONEY *et al.*, 1955, p. 285, tradução minha).

O gênero aparece para desnaturalizar, os papéis, as identidades, funções e representações do homem e da mulher, sendo uma opção cultural, histórica, pessoal, religiosa, da produção e reprodução das tradições familiares e sociais em contrapartida com os saberes acumulados ao longo de nossa experiência de vida.

É descobrir e reconhecer-se como se é, não se trata de uma dimensão biológica, anatômica, mas sim, se aceita psicologicamente como se realmente é. Portanto os gêneros são dinâmicos, alguns comuns outros diferenciados, porém são

usados nas inúmeras comunidades e culturas (ARÁN, 2006).

No século XVII e nos anteriores a ele, não se tinha o entendimento de sexualidade comparado aos dias atuais, à palavra sexualidade é algo moderno, contemporâneo do século XIX (FOUCAULT, 1986).

Contudo os conceitos antigos que se tinha de sexo apresentam características de estruturas para diferenciar o macho/homem da fêmea/mulher, todavia o sexo assume um papel pluridimensional, mutáveis perpassando pelas diversas culturas e diferentes meios familiares.

De acordo com Vieira (1996, p.9; 2008; p. 220), devemos considerar o sexo em seus variados aspectos genético, cromatínico, gonádico, anatômico, hormonal, social, jurídico e psicológico, entre outros.

Nesse novo âmbito, a sociedade presencia os diversos tipos sexuais por muitas vezes diverge das regras criadas ou impostas pelas as mesmas, onde a aceitação orgânica e a psicológica duelam diariamente neste espaço, para garantir sua representação.

Segundo alguns teóricos e entre eles Louro (1998), não se trata da anatomia, do sexo ou não são pontualmente as características sexuais que nos permite dizer o que ou quem somos (masculino ou feminino), mas todas as características que

representamos determinadas comportamentos, valores e habilidades.

CONCLUSÃO

Sabe-se que a escola enquanto unidade sistemática do saber deve ser também um espaço de cidadania e respeito aos direitos humanos. No Brasil, existem vários estudos sobre as diversas maneiras de exclusão, contudo há poucos trabalhos a cerca da identidade de gênero e diversidade sexual.

Essa ausência de debates na educação, sobre essa temática provavelmente tem como causa a predominância de profissionais preparados para atuar com os conceitos, preconceitos intrínsecos na forma de pensar do ser humano.

Ensinar sobre as maneiras de se relacionar e de modo tão diferente do que é estabelecido pelos padrões da sociedade, é contribuir para maior compreensão da diferença.

Nosso panorama social esta composto por diferentes modelos familiares. Temos enquanto família a consanguíneas e adotivas. E em meio a esse panorama adotamos os princípios, valores, cresça daqueles que escolhemos, e damos a eles a responsabilidade da educação doméstica.

Portanto a escola pode ser um instrumento de divulgação e propagação dos ideais não só familiares, feministas, mais das diversas formas ao combate de violência trazida com esse preconceito.

REFERÊNCIAS

BANDEIRA, LOURDES. Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres: avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas – CEPAL/SPM. Brasília, jan. 2005. Documento eletrônico.

CORREA, SÔNIA. 2006. “Cruzando a linha vermelha: questões não respondidas no de Bate sobre direitos sexuais”. Horizontes antropológicos. Julho-dez. 2006. Porto Alegre, ano 12. N. 26, p. 101-121.

FERREIRA, A. B. de H. (1910-1989). Novo Aurélio Séc. XXI: o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FOUCAULT. Michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: o nascimento da prisão. 20ª ed. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004 (Ditos e escritos; V).

FOUCAULT, M.(1986) A História da Sexualidade II – O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, S. (1967). Lettre de Freud à Mrs N. N...: Correspondance de Freud 1873-1939. Paris: Gallimard. (Originalmente publicado em 1935).

FREUD, S. Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade. v. VII. Rio de Janeiro: Imago,1905.

FREUD, S. A moral sexual ‘civilizada’ e doença moderna. *Obras completas*, v. IX. Rio de Janeiro: Imago,1908.

FREUD, S. O ego e o id. *Obras completas*, v. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1923.

FREUD, S. Um estudo autobiográfico. *Obras completas*, v. XX. Rio de Janeiro: Imago, 1925[1924].

FREUD, S. Esboço de psicanálise. *Obras completas*, v. XXIII. Rio de Janeiro: Imago 1940.

LOURO, G. L. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, D. (Org.). Saúde e Sexualidade na escola. Porto Alegre: Mediação, 1998. p. 85-109.

VIEIRA, T. R. Nome e sexo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

SITES

http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_239_esp.pdf Acesso em 19/09/2015.

Revista Ciências e vida. Ano VI nº 70. Maio de 2013;

Revista Carta na Escola. Nº 70. Setembro de 2013. Editora Confiança;

Revista Presença Pedagógica. Julho/Agosto. 2013. Editora Dimensão. p.48 a 55.